

Educação Musical nos Pontos de Cultura do Estado de São Paulo

Mirtes Júlia de Sousa Ferreira

Instituto de Artes – UNESP / Brasil

mirtes@gmail.com

Resumo: A presente pesquisa de mestrado, em andamento, tem como foco a interface entre Educação Musical e Políticas Culturais. O estudo, construído a partir de uma análise documental, objetiva a análise das concepções que os proponentes dos Pontos de Cultura tem acerca da formação musical. Procurando fomentar a discussão sobre Políticas Culturais no âmbito da Educação Musical, esse trabalho aponta iniciativas que emergem da sociedade como espaços de aprendizagem musical, reconhecidos e beneficiados pelas políticas públicas de cultura. A pesquisa procura aprofundar o debate sobre o programa do Ministério da Cultura intitulado Programa Cultura Viva e sua ação prática – Pontos de Cultura – apoiando-se no discurso oficial do governo, nos estudos sobre políticas culturais no Brasil e sobre as práticas musicais nesses espaços. Resultados iniciais apontam para a importância desses Pontos de Cultura enquanto espaço de aprendizado musical, sendo, em muitos casos, as únicas instituições destinadas ao ensino de música em seus municípios. Os dados evidenciam também a formalidade presente na “educação musical não-formal” praticada nessas instituições e a intensa participação das mesmas na discussão e formulação das políticas culturais no Brasil.

Palavras chave: Educação Musical; Políticas Culturais; Pontos de Cultura.

Abstract: The present research of master's degree, in progress, focuses on the interface between music education and cultural policies. The study, constructed from a documentary analysis aims to analyze the conceptions of *Pontos de Cultura* about musical education. Looking foster discussion on cultural policies in the context of music education, this work points out initiatives that emerge from society as musical learning spaces, recognized and benefited from this public cultural policies. The research seeks to deepen the debate on the program of the Brazil Ministry of Culture entitled *Cultura Viva* and its practical action – *Pontos de Cultura* - relying on the government's official discourse, studies on cultural policies in Brazil, and on the musical practices in these areas. Initial results point to the importance of these *Pontos de Cultura* as an area of music learning, and, in many cases, the only institutions for teaching music in their cities. The data also highlight the formality present in "non-formal musical education" practiced in these institutions and the intense participation of the same in the discussion and formulation of cultural policies in Brazil.

Keywords: Music Education; Cultural Policies; Pontos de Cultura.

Introdução

Pesquisas no campo da Educação Musical em espaços não formais realizadas nas últimas décadas demonstram a importância das ações viabilizadas pelo Terceiro Setor (ONGs, Fundações, Associações que promovem projetos sociais) enquanto espaço emergente e significativo para o ensino de música. Kleber (2006; 2008) relata a importância da música na vida dos assistidos pelos projetos, interpretando o processo de aprendizagem musical como possibilidade de produção de novas formas de conhecimento e como alternativa para trabalhos sócio-educativo-musicais.

Neste contexto de instituições do Terceiro Setor encontram-se os Pontos de Cultura, ação prioritária do Programa Cultura Viva. O governo federal, em parceria com os estados, municípios e sociedade civil, apoia as manifestações culturais locais, estimulando e fortalecendo ações socioculturais que já acontecem na comunidade. Segundo Turino (2009) a essência do Ponto de Cultura estaria no fato de ser algo que parte da comunidade, seria algo que já existe e então é reconhecido pelo governo. Muitos Pontos de Cultura oferecem cursos de música para um público variado (crianças, jovens, adultos e idosos), não são escolas de música de ensino formal, mas estão respaldadas pela Secretaria de Estado da Cultura, pelo Ministério da Cultura (MinC) e tem legitimidade nas comunidades em que estão inseridas.

Desde 2003, o Ministério da Cultura colocou em prática diversas ações criando ou reformulando mecanismos para incentivar a cultura brasileira em suas diversas formas de manifestação e expressão. Pode-se dizer que diante do passado conturbado do Brasil frente às políticas culturais (desde a década de 1930 que passou pela criação de diversos equipamentos culturais sob a responsabilidade do Estado até a cultura como responsabilidade das empresas como mecenas e as leis de incentivo) essa nova visão demonstra “[...] não só o abandono de uma visão elitista e discriminadora de cultura, mas representa um contraponto ao autoritarismo e a busca pela democratização das políticas culturais” (Rubim 2012: 40).

A prática e o ensino de música estão contemplados nesses mecanismos, tornando-se pertinente a realização de um estudo em Educação Musical e Política Cultural para entender como é abordada a educação musical nesses espaços, compreender e refletir sobre as políticas públicas que estão em volta dos Pontos de Cultura, contribuindo assim para fomentar o debate acerca do ensino de música, reverberando na formação de educadores musicais que considerem atuar nesses espaços emergentes.

Fundamentação

Os fundamentos teóricos estão embasados em dois princípios: cidadania cultural, abordada principalmente por Chauí (2006; 2009) e no princípio da diversidade cultural abordado em documentos da UNESCO e por Barros (2008; 2009).

No campo da Educação Musical, há confluência com educadores que discutem a prática musical em múltiplos espaços como Kleber (2006; 2008; 2010; 2012), Arroyo (2002), Jorgensen (1997) e Souza (2008).

Para a compreensão do objeto de pesquisa – os Pontos de Cultura – torna-se indispensável o conhecimento, também, de estudos sobre Políticas Culturais – em especial o Programa Cultura Viva – explicitados no discurso oficial do Ministério da Cultura, Turino (2009), Rubim (2010; 2011; 2012) e Calabre (2005; 2009).

Em música, a fundamentação teórica parte de referenciais que abordam um conceito de Educação Musical como sendo um termo mais amplo e que

[...] abrange muito mais do que a iniciação musical formal, isto é, é educação musical aquela introdução ao estudo formal da música e todo o processo acadêmico que o segue, incluindo a graduação e pós-graduação; é educação musical o ensino e aprendizagem instrumental e outros focos; é educação musical o ensino e aprendizagem informal de música. Desse modo, o termo abrange todas as situações que envolvam ensino e/ou aprendizagem de música, seja no âmbito dos sistemas escolares e acadêmicos, seja fora deles (Arroyo 2002: 18-19).

Jorgensen (1997) reafirma a necessidade de compreender essa diversidade do universo da educação musical ao dizer que:

A educação musical (...) é uma colagem de crenças e práticas. Seu papel na formação e manutenção dos [mundos musicais] - cada qual com seus valores, normas, crenças e expectativas - implicam formas diferentes nas quais ensino e aprendizagem é realizada. Compreender esta variedade sugere que pode haver inúmeras maneiras nas quais a educação pode ser conduzida com integridade (Jorgensen 1997: 66).

Tal ideia de educação musical implica, entre outros fatores, compreender melhor os espaços onde essa prática acontece, compreendendo que “[...] a aprendizagem não se dá num vácuo, mas num contexto complexo [...]” (Souza 2008: 07). Segundo Kleber (2006: 122) os projetos sociais são espaços emergentes de produção de conhecimento na área da Educação Musical e que são “[...] fruto da dinâmica das forças sociais que abrem espaço para a produção de novas formas de conhecimento” (Kleber 2006: 122). As primeiras pesquisas na área de educação musical em espaços não formais datam da

década de 1980, porém, pode-se dizer que esses espaços ainda são considerados emergentes. Em palestra ministrada em 2012, Magali Kleber reforça que tais espaços são diversos e trazem desafios para o educador.

[...] traz inerente a comunidade, a inte-setorialidade, novos ou outros atores sociais, novos e outros valores, conflitos intergeracionais, políticos, socioculturais, implicando muitos desafios para qualquer educador atuar com competência imerso nessa complexidade (Kleber 2012: 02).

A questão dos projetos sociais e a prática musical que acontece nesses espaços estão diretamente relacionadas com a concepção de *cultura* e as políticas culturais no Brasil. O debate ressurgiu no século XXI com o programa Cultura Viva implantado pelo Ministério da Cultura (MinC) em 2003 na administração do artista Gilberto Gil enquanto ministro da cultura. Nesse momento, o MinC passa a entender a *cultura* como algo que vai além das belas artes, como “usina de símbolos, cultura como direito e cidadania e cultura como economia” (Gil 2004: 08). No ano de 2003, em discurso oficial, o presidente da República da época ressaltou o papel que a cultura teria em seu governo:

Posso dizer a vocês, com absoluta tranquilidade, que é outra – e que é nova – a visão que o Estado brasileiro tem, hoje, da cultura. Para nós, a cultura está investida de um papel estratégico, no sentido da construção de um país socialmente mais justo e de nossa afirmação soberana no mundo. Porque não a vemos como algo meramente decorativo, ornamental. Mas como a base da construção e da preservação de nossa identidade, como espaço para a conquista plena da cidadania, e como instrumento para a superação da exclusão social – tanto pelo fortalecimento da autoestima de nosso povo, quanto pela sua capacidade de gerar empregos e de atrair divisas para o país. Ou seja, encaramos a cultura em todas as suas dimensões, da simbólica à econômica (Silva 2003).

Os Pontos de Cultura favorecem a prática musical propondo-se a atuarem como espaço para o exercício da criatividade e a abertura a novas linguagens. Apesar de ser uma ação governamental ainda com poucos recursos financeiros, as atividades que antes aconteciam em espaços silenciados e desconhecidos como as aulas de percussão nos terreiros de candomblé ganham apoio para impulsionar suas ações (Turino 2009).

Metodologia

Considerando os objetivos da pesquisa, apresenta-se como critério de seleção dos projetos a serem pesquisados aqueles que fazem parte da rede estadual de Pontos de Cultura e têm como foco a formação musical. A pesquisa é de caráter documental e

estruturar-se-á em pesquisa bibliográfica, documental, organização dos dados e análise de conteúdo.

A pesquisa documental será realizada por meio da consulta aos projetos originais aprovados 1º Edital de Seleção para Pontos de Cultura do Estado de São Paulo de 2009, arquivados na Unidade de Fomento e Difusão de Produção Cultural (UFDPC) da Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo.

Os dados obtidos serão organizados sob forma de um mapeamento das ações de formação musical propostas segundo o(s) tipo(s) de atividade(s) de formação musical propostas, metodologias utilizadas, síntese dos discursos que justificam as ações propostas, perfil do público atendido e a formação curricular dos professores que conduzem as atividades.

Alguns resultados

A pesquisa tem seu término previsto para outubro de 2015. Foram identificados 43 Pontos de Cultura da Rede Estadual de São Paulo que têm a música como principal atividade e estão distribuídos por todo o estado, com mais concentração na grande São Paulo e nos municípios que compõem a região administrativa de Campinas, conforme demonstrado na figura I.

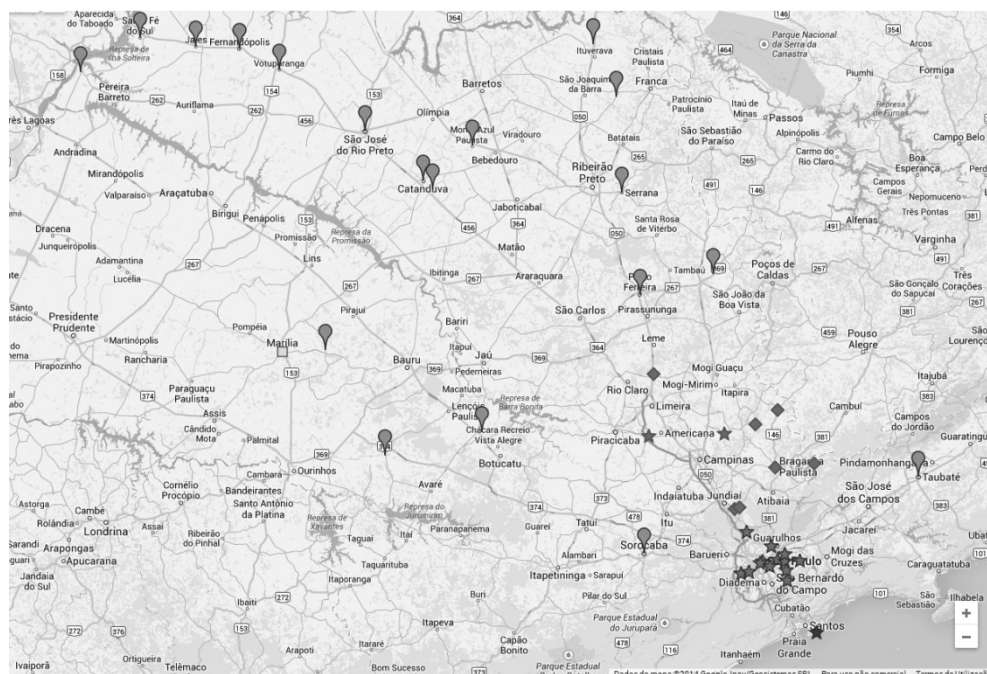


Figura I. Distribuição dos Pontos de Cultura pesquisados no estado de São Paulo

Enquanto formação musical ofertada para a comunidade é possível agrupá-los conforme figura II.

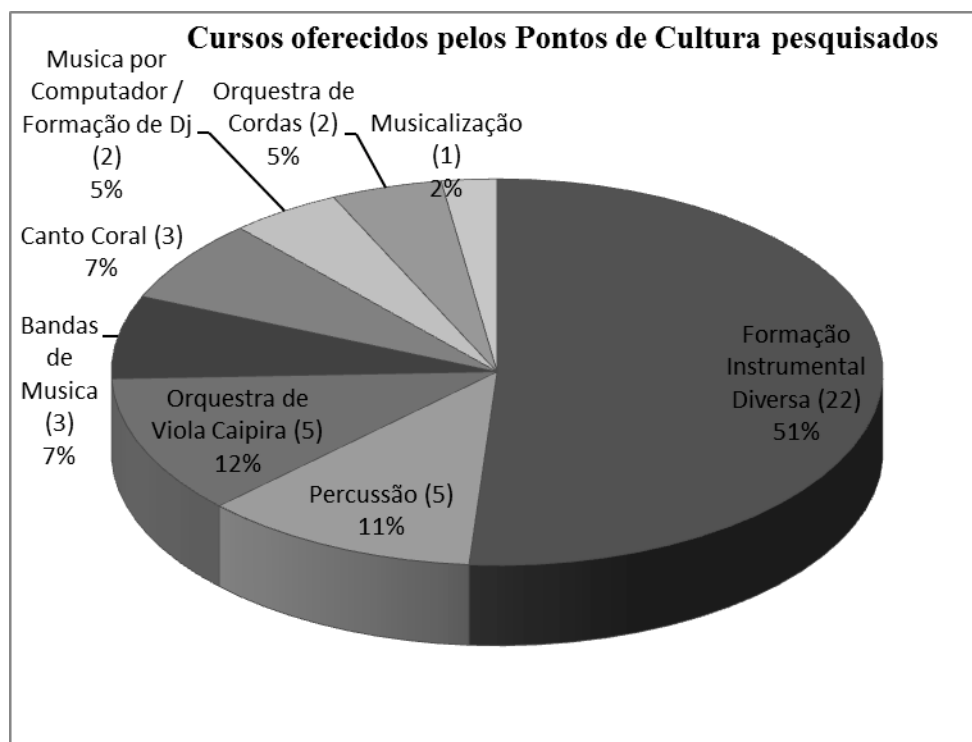


Figura II. Cursos oferecidos pelos Pontos de Cultura pesquisados

Os cursos são os seguintes:

Formação instrumental diversa: cursos com duração de 06 meses a 03 anos em instrumentos como piano, teclado, violão, bateria, percussão, flauta, saxofone, violino, contrabaixo elétrico, guitarra, canto e musicalização infantil; Repertório musical chamado popular veiculado em rádios e TVs.

Percussão: cursos que trabalham a técnica instrumental como pandeiros, tambor, ganzá voltado para rodas de samba; instrumentos que compõem a percussão sinfônica como xilofones para formação de bandas de musica; percussão afro como as alfaías e étnica como os tambores japoneses (taiko).

Orquestras de viola caipira: ofertam oficinas em viola, violão, acordeom e canto voltados para o aperfeiçoamento e expansão de grupo de viola que foi o motivador do Ponto de Cultura.

Bandas de música: são formações compostas por madeira, metais e percussão (clarinete, sax, flauta, trompete, trompa, trombone, tuba, bombardino e percussão).

Ensino que visa, em muitos casos, a formação de novos músicos para integrar uma banda já existente na cidade.

Canto coral: encontros para a prática do canto coletivo.

Música por computador e formação de Dj: oficinas de música com ensino de técnicas de estúdio e gravação de instrumentos musicais e montagem de ritmos por meio de *software*

livre.

Orquestra de cordas: cursos de violino, viola, violoncelo, contrabaixo acústico, flauta transversal, clarinete, música de câmara, teoria musical com intuito de formar músicos para uma orquestra já existente na cidade ou agrupar os alunos para formar uma nova orquestra.

Um dos Pontos de Cultura pesquisados oferece exclusivamente aulas de musicalização para crianças da rede municipal de ensino. As oficinas de musicalização são compostas por atividades lúdicas, canto coral e confecção de pequenos instrumentos de percussão.

Para o momento, são levantadas duas questões que estão presentes nos Pontos de Cultura pesquisados: a forma de condução do processo de ensino-aprendizado e os objetivos a serem alcançados com a formação musical. Por mais que sejam instituições do terceiro setor, consideradas como espaços de metodologia aberta e flexível, alguns Pontos de Cultura pesquisados reproduzem tradicionais formas de ensino musical. As aulas de instrumento são individuais, com 50 minutos de duração, tendo como avaliação semestral ou anual a performance e a prova escrita. Alguns ainda possuem processo seletivo para ingresso, principalmente aqueles voltados para a prática de instrumentos de cordas orquestrais, seguindo métodos de avaliação escrita e prática com banca examinadora.

Um objetivo comum a muitos dos Pontos de Cultura que também chama a atenção é a profissionalização, vislumbrando no mercado cultural uma fonte de renda fixa para os alunos.

Considerações finais

A análise dos dados ainda não foi finalizada, porém nesse momento é possível realizar algumas inferências a respeito do objeto pesquisado. A opção por desenvolver o Programa Cultura Viva e investir nos Pontos de Cultura faz da política cultural proposta pelo Ministério da Cultura, a partir de 2003, uma política que visa a cidadania cultural. Primeiramente porque ela ampliou as oportunidades para o exercício do direito à cultura no âmbito da produção e fruição cultural, por meio da oferta de formação musical gratuita. Como alguns Pontos de Cultura se intitulam: “escola de musica” ou ainda “conservatório musical”, são ainda os únicos espaços destinados a formação musical gratuita na cidade e região.

O exercício do direito a participar das decisões acerca das políticas culturais também foi incentivado com o Cultura Viva. Uma maior abertura por parte do MinC e da Secretaria de Estado da Cultura proporcionou um envolvimento maior dos proponentes na reformulação

do Programa e no engajamento com as questões socioculturais dos municípios em que atuam, pois com a “credibilidade aumentada”, como dito por alguns “ponteiros”, foi possível, em alguns casos, reunir a classe artística da cidade para construir ações junto às prefeituras.

No entanto, as fragilidades do sistema são perceptíveis. Apesar do Programa Cultura Viva ter se tornado lei, os entraves político-partidários, jurídicos e até mesmo a falta de entendimento e adesão por parte da comunidade artística (que reivindicam, de certa forma, um subsídio vitalício do governo) tem dificultado o desenvolvimento dos Pontos de Cultura.

Compreender a visão que os proponentes dos Pontos de Cultura têm acerca da música e como essas instituições abordam a formação musical servirá, dentre outros fatores, para aproximar a área da Educação Musical às ações viabilizadas pelas políticas públicas de cultura no Brasil.

O fomento do debate acerca do ensino de música em espaços de educação musical não formal também é propiciado com esta pesquisa. Apesar de serem espaços que são estudados pela Educação Musical no Brasil desde a década de 1990, eles ainda são considerados como espaços emergentes (Kleber 2010), que tem gerado desafios importantes para o educador musical, pois implica que este esteja “receptivo para acolher e dialogar com universos diversos, para, de fato, desenvolver práticas musicais e metodologias inclusivas” (Kleber 2010: 07).

Referências

- Arroyo, Margarete (2002) “Educação Musical na contemporaneidade”. *Anais do II Seminário Nacional de Pesquisa em Musica da UFG*, 2: 18-29
- Barros, José Marcio (org) (2008) *Diversidade Cultural: da proteção à promoção*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Barros, José Marcio (org) (2009) *As mediações da cultura: arte, processo e cidadania*. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas.
- Calabre, Lia (org) (2005) *Políticas Culturais: diálogo indispensável*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa.
- Calabre, Lia (2009) *Políticas Culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Chauí, Marilena (2006) *Cidadania cultural*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- Chauí, Marilena (2009) *Cultura e Democracia*. 2ª ed. Salvador: Secretaria de Cultura, Fundação Pedro Calmon.

Gil, Gilberto (2004) “Pronunciamento sobre o Programa Cultura Viva Berlim, Alemanha, 2 de setembro de 2004” in *Ministério da Cultura Cultura Viva: Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania*.

Jorgensen, Estelle R (1997) *In search of music education*. Urbana: University of Illinois Press.

Kleber, Magali Oliveira (2006) *Educação musical e ONGs: dois estudos de caso no contexto urbano brasileiro*. Tese de doutorado (Música), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Artes: Porto Alegre.

Kleber, Magali Oliveira (2008) “Práticas Musicais em ONGs: Possibilidade de inclusão social e o exercício da cidadania” in *Fênix: Revista de História e Estudos Culturais*. v. 5, ano V nº 2. <http://www.revistafenix.pro.br/> [accessed 08/09/2011].

Kleber, Magali Oliveira (2010) “Educação Musical, Políticas Públicas e a Diversidade Cultural na América Latina”. *Eufonía, La educación musical en Latinoamérica*. 49: 6-16.

Kleber, Magali Oliveira (2012) *Educação Musical no Brasil: políticas públicas e o compromisso social*. Transcrição de palestra ministrada no Congresso Musical da Guimarães em 2012. <http://www.culturaeuniversidade.ufba.br/> [accessed 04/05/2013].

Lula da Silva, Luiz Inácio (2003). “Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Cerimônia de Lançamento do ‘Programa Brasileiro de Cinema e Audiovisual’ – Palácio do Planalto” in *Mundorama – Divulgação Científica em Relações Internacionais*. <http://mundorama.net/2003/10/13/discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-lancamento-do-%E2%80%9Cprograma-brasileiro-de-cinema-e-audiovisual%E2%80%9D-palacio-do-planalto-13102003/> [accessed 02/05/2013].

Ministério da Cultura (2011) *SNC: Estruturação, Institucionalização e Implementação do Sistema Nacional de Cultura*. Brasília: Ministério da Cultura.

Ministério da Cultura and Governo do Estado de São Paulo (2012) *Catálogo da Rede de Pontos de Cultura do Estado de São Paulo 2010 a 2012*.

<http://v.calameo.com/2.3/cviewer.swf?bkcode=000413302c4f29be1291d&langid=pt>. [accessed 05/09/2012].

Rubim, Antonio Albino Canelas (org) (2010) *Políticas Culturais no Governo Lula*. Salvador: EDUFBA.

Rubim, Antonio Albino Canelas (2011) *Cultura e políticas culturais*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue.

Rubim, Antonio Albino Canelas and Renata Rocha (org) (2012) *Políticas Culturais*. Salvador: EDUFBA.

Souza, Jusamara (org) (2008) *Aprender e Ensinar Música no Cotidiano*. Porto Alegre:

Sulina.

Turino, Célio (2009) *Ponto de Cultura: o Brasil de baixo para cima*. São Paulo: Anita Garibaldi.